

ATA NUMERO DOZE

Aos vinte e sete dias de junho de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas e quinze minutos, no auditorio da freguesia, sito na Travessa de S Lazaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida e secretariado por Fernando de Oliveira Monteiro e Manuela Ferro.

A folha de presença foi distribuída para a recolha de assinaturas dos membros da Assembleia de Freguesia, tendo-se verificado a ausência de Luis Mougá Lopes do BE que foi substituído por Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues e as faltas de Alexandre Azevedo Pinto, José Maria Costa, e Maria Manuela Martins todos do PS.

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia: O Presidente Diamantino Santos, a Secretária Ana Maria Damião, o Tesoureiro Vítor Costa, os vogais Paulo Almeida, Francisco Marques e Rui Melo.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, após ter verificado a existência de quórum, deu início a sessão, começando por dar as boas vindas e agradeceu a todos os presentes e aos elementos que substituíram os elementos em falta, e solicitou a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade.

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1-Tempo destinado ao público:**

Como não se verificou nenhuma inscrição por parte do público, tendo além dos elementos da Assembleia a presença da fotógrafa oficial do boletim informativo, aproveitou o Presidente da Assembleia para avisar que a sua presença prende-se com o fato da mesma ir efetuar o seu serviço de recolha de imagens para o referido boletim.

O Presidente da Assembleia, colocou à votação a ata da reunião de Dezembro, agradecendo os contributos dos membros da assembleia para a conclusão da mesma Dezembro.

A ata nº 10 foi aprovada por unanimidade, pelos elementos que estiveram presentes na respectiva reunião.

**2-Informação da Junta de Freguesia**

Como vem sendo hábito dispensou-se a leitura do documento das informações da atividade do II trimestre pois o documento foi previamente distribuído aos presentes.

Catarina Alexandra (BE) – Começou por cumprimentar os presentes, e em primeiro lugar refere que o BE tem um voto de congratulação para apresentar e uma moção para apresentar.

O Presidente da Assembleia refere que o voto de congratulação pode ser votado no período antes da ordem do dia, ou então no último ponto, as moções no último ponto.

Começou a sua intervenção pelo voto de congratulação, por se comemorar o centenário da passagem das paróquias civis, a juntas de freguesias, passando a ler o documento que foi designado por anexo I. (Anexo I)

Procedeu posteriormente à entrega dos documentos anteriormente referidos sendo os mesmo designados por anexo II, III e IV respetivamente.

Em relação aos parques infantis para crianças com deficiência, passou a ler uma recomendação. (Anexo II).

Quanto ao trabalho da freguesia, uma das questões que gostaria de colocar e por não estar referenciado, é saber como está a comissão social da freguesia de Viseu, bem como, da cooperação, entre as direções e as associações.

Queria saber também, uma vez que foi uma proposta feita anteriormente, se a junta de freguesia, se chegou a registar na plataforma como instituição voluntária para os refugiados.

Em relação às contas apresentadas, questionou se estão previstas retificações ao PPI, se sim quais, gostaríamos de ter uma pequena explicação sobre este assunto. Para terminar uma sugestão, uma vez que em dois mil e quinze, a semana da mobilidade em Viseu, não foi uma semana foi um dia, o feriado municipal onde o trânsito já por si é reduzido, o município está inscrito na semana da mobilidade, mas o objetivo principal, são criar medidas de caráter permanente e isso não tem estado a acontecer, visto que esta é uma freguesia urbana, até que ponto é que esta Assembleia vai recomendar à câmara, para que a semana da mobilidade e o dia europeu sem carros seja efetivo.

João Serra (CDU) - Cumprimentou os presentes, e pergunta como está o processo para a colocação na toponímia da cidade, pois nesta Assembleia foi aprovadas sugestões da CDU que ainda não se confirmaram.

Jorge Azevedo (CDS) – Cumprimentou os presentes e em relação à síntese, gostaria de saber qual o preço pago pela coleção do mestre Batalha, e se vão continuar a comprar e quais os critérios, para estas compras de artistas viseus. Porque se comprou esta coleção e não outras, quais os custos e se no futuro aparecer outra se o executivo está interessado em adquirir.

Ref. 19.  
H.

O Presidente do Executivo, cumprimentou os presentes e congratulou-se pelo facto do elevado número de presenças, no verão, num período já de férias, mas estamos cá e isso é importante de realçar, pois mostra o interesse que a freguesia tem para todos.

Em relação às questões colocadas, refere que já está habituado à oposição construtiva que o BE tem tido. No que se refere ao voto, os cem anos da passagem das paróquias para as freguesias, referiu que foi com muito gosto que ouviu a intervenção de Catarina Viegas, uma vez que como Presidente da Mesa do Congresso da ANAFRE, esteve presente nas comemorações oficiais desta efeméride. Estive na Anafre, com o senhor Secretário de Estado, estive também numa pequena sessão ainda na Anafre, onde estiveram várias entidades nomeadamente, o deputado Filipe Soares, onde houve intervenções muito interessantes, do Secretário de Estado, do Presidente da Câmara de Lisboa, entre outros. Aproveito para entregar à mesa o documento oficial que foi produzido pela Anafre relativamente a esta data (Anexo V). Salientou que na dita cerimónia, verificamos que todas as intervenções versaram as necessidades das freguesias, só espero que todos estes discursos se tornem em prática, esperamos todos aos autarcas de freguesia, espera a Anafre, e que das palavras bonitas, se passe à prática, conforme referir por exemplo o Presidente da Câmara de Lisboa, as ruas da cidade de Lisboa, estão com aspeto completamente diferentes, fizeram uma parceria entre as freguesias e o município. Mas já agora por curiosidade o município de Lisboa transferiu para as freguesias da cidade, setenta milhões de euros, é por isso que as coisas funcionam. Nos Açores e Madeira não se fala na reorganização, pois para eles as freguesias não são uma divisão administrativa, são uma unidade territorial, para eles existe a cidade, a vila e a freguesia. Congratulamo-nos com o voto que aqui deixou, esse deve ser o caminho.

Em relação à recomendação sobre os parques infantis, subscrevo, e vamos mesmo colocar este assunto ao Senhor Presidente da Câmara, porque de facto os nossos parques não têm condições para crianças com deficiência, ou mobilidade reduzida.

Aproveito para dizer o que se vai passando com os nossos parques infantis, está a haver uma reabilitação gradual, no caso da freguesia de Viseu, foi reaberto o parque infantil dos Edifícios Viriato, foi transformado ficando um espaço mais simples, mas também é importante, foi reabilitada a sua tela e implantados dois jogos tradicionais, julgo que é importante que os pais ensinam às crianças que estes foram os jogos do nosso tempo e não fomos menos felizes por isso. Estão a ser reabilitados e com cuidado de planeamento, não vale a pena andar a construir parques infantis a torto e a direito sem que eles estejam devidamente equipados em função das necessidades e esta é a primeira necessidade que os parques satisfaçam as crianças com necessidades especiais. Vamos trabalhar nesse sentido, e vamos mesmo questionar a Câmara, sugerir que tenha essas preocupações num futuro muito próximo.

O problema do parque infantil do bairro de S. Eugénia, mesmo não sendo responsabilidade direta do município, tivemos que o fechar, pois o piso abateu, vamos acompanhar e tentar resolver a situação com a maior brevidade possível, pois nesta altura das férias é quando são mais frequentados estes espaços. Esta moção que apresentam vamos votar favoravelmente, pois achamos que é essa a solução.

Quanto às questões relacionadas com as comissões sociais da freguesia, referiu que vamos fazer nova reunião com os parceiros, existem algumas instituições que ainda não estão de alguma forma envolvidas no processo, estamos a ter algumas dificuldades, vamos chamar os parceiros todos, de acordo com o regulamento aprovado. O Guia do associativismo, já existe, graças ao trabalho dos nossos serviços e do João Almeida, tem feito um trabalho excelente, para que fossem cumpridos todos os requisitos legais, só temos pena que seja tão difícil trabalhar e pedir as coisas às nossas associações, tem sido difícil mas não vamos desistir, aquilo não é um documento fechado, vamos insistir, incluímos desta vez na semana solidária, o dia do associativismo, e todos aqueles que forem sendo completados serão obviamente acrescentados e vamos começar a aproveitar as plataformas eletrónicas para não andarmos aqui a gastar tanto em papel.

Quanto à plataforma dos refugiados, gostava de poder dizer o seguinte, aqui preferia mesmo que houvesse uma política de articulação com o município, porque se um refugiado chega, precisa de um teto, uma casa, precisa de apoio na sua adaptação, de aceitação na nossa comunidade, nos nossos usos e a freguesia nesse aspeto não tem meios, recursos, habitação, nem capacidade de dar emprego, mas obviamente aquilo que for a política municipal, ou melhor estamos aqui disponíveis a ajudar o município nas políticas que quiser implantar nessa matéria, sabemos que há alguns exemplos, de alguma pressão nos nossos meios políticos, é preciso ter algum cuidado na forma como eles são aceites, e perceber que eles é que têm de se integrar e não somos nós que temos de alterar usos, os nossos costumes e tradições em função dos refugiados.

Em relação ao trabalho das associações já o disse, nós percebemos cada vez mais da necessidade de cooperarmos nesse trabalho, precisamos é que as associações mostrem de fato disponibilidade, vamos ter uma grande ação que vamos promover no próximo dia dois, é já sábado, com fins solidários, vamos apoiar a associação de doenças raras, e neste momento estamos a mobilizar todas as associações, para que se juntem a essa caminhada, poderão consultar na nossa página e no facebook, está aí a ser divulgada, e tem esse cariz social, que hoje trabalha com crianças que têm problemas de saúde que têm de ser acompanhadas. E temos puxado, temos mobilizado, temos feito um esforço para que as associações venham até nós.

Relativamente às contas, dizer-lhe que do ponto de vista geral, o investimento em equipamento administrativo, no quadro atual julgo que temos material suficiente, temos muitos gastos correntes, mas tem a ver com equipamentos de limpeza urbana, são materiais de grande desgaste, e precisam de combustível para funcionar.

A sugestão relativa ao dia europeu sem carros no território do município, sabemos que o dia vinte e um de setembro coincide com o nosso feriado municipal, aqui é uma vontade subjacente para que a nossa comunidade tenha cada vez menos carros. Temos tido atenção ao estacionamento, por isso há vontade em que na Zona Histórica se limite cada vez mais o acesso aos carros, o nosso município está sensibilizado, vamos ter agora uma experiência com os Jardins Efêmeros, que é um evento que traz muita gente ao território da nossa freguesia.

Em resposta a João Serra, quanto à toponímia, volto a frisar que foi criada uma comissão responsável para gerir essa questão. A única responsabilidade que a freguesia, é propor, e já foi proposto, e quero crer que já foi aceite em sede da comissão de toponímia, estamos numa fase de atribuição do arruamento, na fase de identificação. Ainda assim vou anotar para questionar a comissão de como está o processo.



Teig. H.

Ao ilustre membro Jorge Azevedo, em resposta à aquisição da colecção Batalha, caso estas situações fossem recorrentes, teríamos de ter aqui um vereador responsável pelos serviços culturais da freguesia. Em relação a esta situação, temos indicação que este espólio terá sido oferecido antes de nós a outras entidades, que de alguma forma não mostraram interesse na mesma. Depois veio até nós dizendo, e isto são palavras dele, que gostaria de não vender este quadro para alguém que não fosse uma instituição de Viseu, muito menos que não fosse uma entidade pública de Viseu. Naturalmente que nós freguesia damos muito valor aquilo que é nosso e sabemos que estamos a falar do mestre António Batalha, uma obra dos anos sessenta, com as dimensões que tem, que retrata uma paisagem da nossa cidade que hoje já não existe, é de mil novecentos e sessenta, e que recorda a abertura da avenida Capitão Silva Pereira, nós entendemos que não deveríamos perder de fato aquele espólio, fizemos uma reunião com o executivo foi colocada a questão e percebemos logo que ia ser muito difícil chegar aos valores que nos estavam a ser pedidos. O quadro tinha um seguro feito pelo proprietário de vinte mil euros, e o proprietário começou por nos pedir seis mil euros, ao que respondemos que não tínhamos qualquer possibilidade de pagar aquele valor, e ressaltamos as palavras que nos tinha dito em relação ao fato de querer que o quadro ficasse numa instituição pública de Viseu, e que a freguesia não podia pagar mais do que três mil euros, e esse foi realmente o preço que pagamos. Só falta neste momento retirar a obra para outro espaço, para estar seguro, e no ambiente que merece. O quadro, como disse, tem um valor enorme para nós e naturalmente que nós gostaríamos de ter uma política coerente, como membros do executivo da freguesia e de na futura sede da freguesia poder expor estas e outras obras de artistas viseenses.

Carlos Portugal (PS), referiu que registou com agrado, o exemplo do município de Lisboa, ressaltando a escala entre Viseu e Lisboa. Referiu, que Viseu não é um bom exemplo de transferências de verbas da autarquia para as freguesias, uma vez que não há divulgação exata da data em que essas transferências ocorrem para as freguesias, para que estas possam saber atempadamente, quando podem contar com elas. Os presidentes de junta não sabem durante o mandato quando é que podem fazer as obras, e quais os critérios, que presidem à atribuição de verbas

Mafalda Ferreira (PSD), começa por cumprimentar todos os presentes, e referir dois pontos um que consta da síntese, dando os parabéns ao executivo pela semana solidária, pois foi um evento com grande sucesso, em outro, dar os parabéns às equipas de limpeza urbana, destacando, no trabalho que estão a desenvolver o uso de boas práticas, de higiene e segurança, e o respeito que eles demonstram para com os peões e automobilistas, ao trabalharem por exemplo com proteção de eventuais projecções das moto roçadoras que podem causar alguns estragos a carros, etc., ressaltando o seu profissionalismo.

O Presidente do executivo, toma novamente a palavra e em resposta ao senhor Carlos Portugal, referiu que em Viseu, aquilo que eu digo e que conheço, é que Viseu mesmo assim é uma exceção aquilo que é a generalidade do país, estou no entanto de acordo com algumas coisas ditas, nomeadamente pelo facto de as freguesias terem mais competências, que sendo competências a elas atribuídas pelo estado, também deveria ser este a proceder às respectivas transferências. Terminou dizendo que espera que a actual tutela atue nesse sentido.

Agradece de seguida as palavras de Mafalda Teixeira, referindo que deu muito trabalho a semana solidária, mas foi de fato um sucesso, e não o dizemos só nós, diz a opinião pública, que está na rua e que fala connosco, especialmente o concerto solidário, em que recebemos quase uma tonelada de alimentos que distribuímos. Depois todo o trabalho que foi feito em cerca de trinta atividades que desenvolvemos durante a semana, lamentando a pouca participação dos membros da oposição nestas actividades solidárias que são dos municípios e não do executivo. Aproveitou para falar das tertúlias que fizemos, sobre o que são as histórias e a história da nossa freguesia, a emoção das pessoas que falaram, que querem dizer aquilo que foi a cidade de Viseu. Comunicou que temos já previstas, mais duas tertúlias, em sede de ambiente escolar e para dar cumprimento do que dissemos em sede do OP de dois mil e catorze, vamos publicar uma obra sobre esses testemunhos, que ajudam a perpetuar a memória da nossa freguesia.

Sobre as obras, referiu que já estamos a executar obra, na fonte chafurda da Esculca e no Largo do Chafariz de Santiago, um projeto de grande envergadura vai nascer no Bairro das Mesuras, sendo que as verbas que vêm do município, sejam utilizadas nas obras que são sinalizadas pelo executivo da freguesia

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para permitir a abertura da discussão sobre os documentos entregues à mesa.

Jorge Azevedo (CDS) – No que se refere ao documento sobre os parques infantis, considerou que este tinha partes demasiado políticas tendo sugerido a retirada das mesmas do texto, sugestão aceite pela proponente do documento que com esta nova redacção foi a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

## I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1-Discussão e votação da proposta de regulamento do executivo sobre o orçamento Participativo 2016.

Catarina Alexandra (BE) – Após referir algumas contradições acerca da utilização nem sempre coerente do texto, ora se usa o acordo ortográfico ou não se usa, apelando à sua coerência, referiu que as questões que queria levantar prendem-se com o apoio ao associativismo em dois mil e dezassete, se manter ou não neste OP uma vez que as associações podem recorrer a outras verbas da junta de freguesia e com o artigo sexto quanto à comissão constituída por cinco elementos externos.

Jorge Azevedo (CDS) – Começou por perguntar se se tratava do orçamento participativo para este ano ou para o próximo em relação ao artigo sétimo, no ponto dois, propôs retirar a catalogação aí existente.

João Serra (CDU) – Em relação ao OP, manifestou vontade em registar o aumento da verba disponível, e sugeriu no artigo segundo propor uma alteração que parece fundamental, pois considera limitativo à participação de todos os cidadãos uma vez que é direccionada para associações, clubes e outras entidades jurídicas. Referiu que quanto ao artigo sexto, a comissão de melhoramento/aperfeiçoamento, gostaria de deixar uma proposta, para que nesta comissão estivessem membros da assembleia de freguesia.

O Presidente da Assembleia interveio para recordar aos membros da assembleia, que não querendo retirar o direito à discussão o que estava em causa no ponto de ordem são apenas alterações ao regulamento previamente aprovado nesta assembleia pelo que não cabem nesta discussão

ffei7.  
H.

propostas de alteração do referido regulamento, salientando que cada vez que se requer uma alteração ao regulamento como a agora proposta que apenas versa a alteração da calendarização, não se pode por em causa o previamente acordado para o actual OP.

Mafalda Ferreira (PSD) referiu que embora no ponto de ordem do dia fale em discussão e votação, não temos novamente de repetir discussões anteriores, mas somente votar a alteração do calendário, que surge na sequência de mais uma vez o executivo ter ouvido uma indicação desta assembleia, como já aconteceu noutras áreas.

O Presidente do Executivo pediu a palavra para referir, que as atas da assembleia de freguesia, já estão disponíveis na página da internet da Junta de Freguesia, e que em relação à sua intervenção anterior, se esqueceu de falar das equipas de limpeza, que é uma das nossas principais preocupações, referindo que são de facto excepcionais, desenvolvendo um trabalho de grande dificuldade e muito sacrifício, porque a nossa capacidade está muito aquém das necessidades, e dirigindo-se a Mafalda Ferreira, agradeceu a atenção que teve para com estes nossos trabalhadores. Em relação ao OP, quero desde já agradecer ao senhor presidente da assembleia que teve a intervenção certa no momento certo, uma vez que a única coisa que aqui está em discussão é a alteração do artigo quatro, porque nós fomos receptivos a um pedido da assembleia no sentido de realizar no próximo ano mais uma edição do OP.

Jorge Azevedo (CDS) – Pede um pedido de esclarecimento, acerca do último documento que foi entregue sobre o OP, que não tendo consigo o regulamento, só referiu o artigo sete pois não lhe parece que o mesmo estivesse com esta redacção no documento anterior, Se assim for então exige um pedido de desculpas por parte do executivo, caso contrario será ele a pedir desculpa ao executivo

df

A mesa foi consultar o documento anterior, e verificou que este ponto já constava do documento anteriormente votado sem alteração da sua redacção, pelo que Jorge Azevedo dirigiu-me ao executivo um pedido de desculpa prontamente aceite.

O presidente da assembleia pôs então as alterações ao calendário do OP a votação.

As alterações ao OP foram aprovadas por maioria com dois votos contra de Jorge Azevedo e Alvaro Meneses.

## 2-Outros assuntos de interesse param a Freguesia.

Catarina Alexandra (BE) – Começou a sua intervenção pela apresentação de uma moção em defesa da escola pública, documento já entregue anteriormente à mesa e designada por anexo III na presente ata, procedendo à sua leitura.

Carlos Portugal (PS) – Referiu que votará favoravelmente nesta moção, pois concorda com o teor dos pontos apresentados, discordando no entanto com o ponto número três que considera não ser relevante.

O Presidente da Assembleia manifestou discordância com muitos pontos presentes no articulado, anunciando a intenção de votar contra, independentemente das alterações até então sugeridas.

Jorge Azevedo (CDS) – Revelou que tinha as suas filhas no privado, mas pago, nunca teve contratos de associação e dá aulas no publico, sendo a favor da escola publica, sim, mas a favor da livre escolha, quem quer o privado paga. O problema é dar muita enfase, parece que uns são todos maus, e outros todos bons.

Manuela Martins (PSD) – Cumprimentou os presentes e começa por referir que o BE tem vindo até esta assembleia com um contributo bastante positivo, mas no entanto no preambulo das sua moções tem um cariz demasiado politizados, no resto estamos todos de facto de acordo, mas nós entretanto, temos que incluir aquilo que nos vai sendo despejado, votando a favor, nesta assembleia fazemos o esforço de entender que no final a moção é de facto positiva, também deve haver desse lado um esforço por parte do BE, que sempre que entregue moções tenham algum cuidado de ver se os seus preâmbulos.

Em relação à questão apresentada, estamos todos a tentar melhorar aqui e ali a ver se se faz, é uma iniciativa que parte do BE, mas quando chega à votação deixa de ser só do BE porque teve a parceria e consenso das outras forças politicas. Discordo que agora se alterem os pontos aqui ou ali, para no final tenhamos aqui uma moção diferente, isto não retira em nada o que já disse o enorme contributo dado pelo BE não só nesta assembleia como junto do executivo.

Presidente do Executivo – Relativamente a este assunto pedi para entrevir, para que não se esqueça a situação dos professores do ensino privado, quem assume quando estes ficarem desempregados, a segunda questão, dou o exemplo pratico, Escola básica Jean Piaget, está implantada naquele local, para as crianças do norte do concelho, e não há escola pública nessa área, o que fazemos neste caso, vamos construir uma escola pública? Atendendo à complexidade desta questão, anunciou que o executivo não se pronunciará sobre esta questão.

Teobaldo Simões (PSD) – A questão de votar contra ou a favor da moção não é o mais importante, mas sim o facto de continuarem a proliferar os colégios da maneira como estavam, nas circunstâncias em que estavam, e nas, medidas em que estavam, os professores e os alunos iam para o privado e os outros iam para o desemprego, os funcionários, professores, etc. Mas também há coisas boas no privado, quantas horas fazem os professores no privado, quantas horas fazem os funcionários, alguém fala disso? Temos de deixar o que é do publico ao publico e o que é do privado ao privado.

Procedeu-se de seguida à votação da moção “Em defesa da Escola Pública” apresentada pelo BE, com os seguintes resultados:

Votos contra – seis votos

Abstenções – seis votos



17/11/17  
H

Votos a favor – 4 votos

Votaram contra – Álvaro Meneses, Mafalda Teixeira, Manuela Martins, Fernando Monteiro, Manuela Ferro e Fernando Esteves

Abstiveram-se – Jorge Azevedo, Teobaldo Simões, Maria Rosa, Carlos Portugal, Olimpio Coelho e Fernando Santos.

Votaram a favor – Catarina Alexandra, João Serra, Felismina Coutinho e Adelino Lopes

A moção foi rejeitada com seis votos contra e seis abstenções.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Teobaldo Simões (PSD) – Politicamente não concordo com o ponto três e por isso me abstenho.

Carlos Portugal (PS) – Concorde com a escola pública, mas não concordo com os termos do preâmbulo e por isso me abstenho.

Jorge Azevedo (CDS) – Defendo a escola pública para todos e os recursos devem ser canalizados para as escolas públicas e por isso me abstenho.

Álvaro Meneses (CDS) – Temos proposto e referido que cada um tem o seu lugar, não se pode cortar com tudo daí ter votado contra.

Fernando Esteves (PSD) – Voto contra, não porque não concordo com a escola pública, mas porque a moção apresenta uma visão demasiado parcial da educação. É uma visão do BE, com a qual não me identifico.

Tomou a palavra Catarina Alexandra do BE que passou a ler o documento anteriormente entregue à mesa sobre a utilização do glifosato pelas Juntas de Freguesias na manutenção dos espaços públicos, designado pela mesa como anexo IV.

Mafalda Teixeira (PSD) – Queria chamar a atenção que desde dois mil e três a compra destes produtos está mais difícil e obriga a que apenas profissionais com formação tenham acesso a elas. Revelou que artigos publicados recentemente demonstram que se calhar o problema não é o glifosato mas, os aditivos que são misturados com o glifosato. Existem várias marcas no mercado e nem todas usam os mesmos aditivos, parece-lhe pois prematura a proibição pura e simples do glifosato. Sobre a utilização do glifosato em áreas urbanas, desde dois mil e treze que é muito restritiva não podendo ser aplicado por qualquer pessoa e em locais previamente anunciados, para que todas as pessoas estejam avisadas da substância que se aplicou. Em sua opinião, o maior problema que temos nos pesticidas, é que grande parte dos utilizadores individuais no país, não sabe preparar as caldas, e prepara-as normalmente com concentração excessiva. Anunciou que votará contra a moção apresentada por achar demasiado prematuro, havendo ainda estudos que devem ser desenvolvidos nesta área, para se perceber se o problema é o do glifosato ou dos aditivos. Concluiu que o caminho que está a ser seguido é o correto, com a aposta na formação cada vez maior dos utilizadores de pesticidas para que assim toda a população direta ou indiretamente sofra menos com a utilização indevida, especialmente nos produtos alimentares.

Adelino Lopes (PS) – Venho falar de algumas indefinições desta proposta, concordo com o que disse a engenheira Mafalda, referiu os pontos fundamentais, dizer não utilizar é fácil mas depois não se indicam alternativas credíveis e eficazes e as pessoas têm que fazer as coisas no seu dia-a-dia.

Carlos Portugal (PS) – O glifosato é uma questão preocupante porque é nefasto para a saúde de quem o aplica e nessa matéria a prevenção está a ser feita de uma forma tardia apesar de ser uma recomendação da comunidade europeia. Já tive de utilizar o glifosato, mas irei utilizá-lo cada vez menos, entendo que é muito perigoso e de difícil degradação no ambiente. O problema é que é utilizado de uma forma errada, realmente em proporções muito exageradas, não os guardam em sítios corretos, e daí que haja grande intoxicação por este produto que é dos mais agressivos que existe, para a saúde humana e como profissional de saúde já tive oportunidade infelizmente de assistir pessoas com intoxicações por este produto e são sempre problemas muito graves e às vezes fatais. Concorde por isso em relação a tudo que possa ser feito para melhorar a saúde. Se calhar não podemos mudar tudo de uma forma drástica, no entanto devemos ter cuidado com a utilização e a recomendação do bom uso é positivo.

Jorge Azevedo (CDS) – Só para dizer acho que se é nefasto para a saúde pública, recomendar á junta que não utilize, esta é a nossa função. Se a mesma entender por bem recomendar á camara, pois que o faça.

Manuela Ferro (PSD) – Cumprimentou todos os presentes, em relação a este assunto concordo com Mafalda Ferreira, ainda há muita desinformação, e má utilização do produto por isso concordo que é prematuro estarmos a recomendar ao executivo que não utilize o produto, vamos é recomendar que a sua utilização seja criteriosa e de forma correta.

Álvaro Meneses (CDS) – Se há uma suspeita que existe uma coisa que é prejudicial a para a saúde pública, é preciso suspender, não podemos ir protelando.

Mafalda Teixeira (PSD) – Os técnicos, agradeciam que os, passassem essa informação para a população, porque o problema que nós temos nas formações, não é só com o glifosato, é com todos os fitofármacos que usamos, em que as pessoas não seguem as instruções à risca e aí a palavra dos médicos ajudaria muito. Convém não esquecer que sem fitofármacos, não poderíamos alimentar a população mundial, temos que ter essa noção. Era bom que todos nós pudéssemos praticar a agricultura biológica, mas o problema na agricultura biológica é produzir em quantidade suficiente e a preços acessíveis a todos e não só aos que têm dinheiro para os pagar.

Catarina Alexandra (BE) – Só queria lembrar que estou a falar da, Agência Internacional da Ordem dos Investigadores sobre o Cancro, estou a falar da Ordem dos Médicos, que consideram inaceitável a legislação portuguesa não proibir a utilização do glifosato, devido aos estudos já confirmados como se refere logo no primeiro parágrafo da nossa proposta. Estou a falar de estudos a nível internacional, e nós estamos aqui a defender os fregueses, e nesse princípio era ótimo que o planeta pudesse sobreviver com agricultura biológica, se nós no nosso cantinho poderemos proteger os nossos fregueses, já estamos a contribuir e se há autarquias que o conseguem, nós também devíamos conseguir.

Jorge Azevedo (CDS) – O importante aqui é saber o que pensa o executivo deste assunto e se faz ou não uso deste produto.

Presidente do Executivo – Em relação a este assunto sou mais ouvinte que decisor, posso dizer que não estamos a utilizar o glifosato. No entanto, faça à escassez de recursos que a freguesia tem para fazer a manutenção de espaços públicos, teve de negociar com o município para serem estes a cuidar dessa matéria, pelo que aquilo que o município fizer sobre essa matéria será aquilo que nós aplicaremos. Repisar que não há aplicação desse produto na freguesia, em alternativa usa as máquinas para cortar as infestantes, mas isso tem outras repercussões, como exemplo o consumo elevado de combustíveis, uma pedra que salta e parte vidros de autocarros, montras, ..., referir que só este ano já se gastou mais de um milhar de euros em vidros. Gostaria que houvesse outras soluções eficazes e amigas do ambiente, mas ainda assim, terei muito gosto em vos mostrar caso queiram, as áreas que estão entregues à freguesia para a limpeza urbana, e limpeza de zonas pedonais, que é tudo o que fica fora da circunvalação (dentro é o município), e que fazemos apenas com quatro funcionários e alguns colaboradores eventuais contratados.

Procedeu-se de seguida à votação da recomendação da não utilização do glifosato, apresentada pelo BE, que apresentou os seguintes resultados:

Votos contra – dois votos.

Abstenções – oito votos.

Votos a favor – quatro votos.

Votaram contra – Mafalda Teixeira e Fernando Esteves

Abstiveram-se – Fernando Monteiro, João Serra, Adelino Lopes, Maria Rosa, Olímpio Coelho, Teobaldo Simões, Fernando Santos e Manuela Ferro.

A favor votaram – Catarina Alexandra, Jorge Azevedo, Álvaro Meneses e Felismina Coutinho.

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor, dois contra e oito abstenções.

Olímpio Coelho (PSD) – Propôs à assembleia um voto de louvor ao atleta Tiago Ferreira, vice-campeão europeu de BTT e campeão do mundo de BTT em França, como atleta e ciclista é um exemplo para a nossa juventude e um orgulho muito grande para esta cidade.

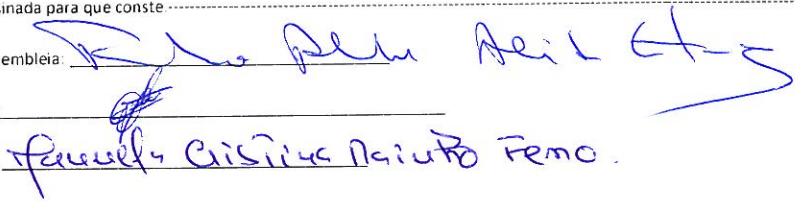
O voto de louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Não havendo outros assuntos a deliberar, foi encerrada a sessão pelas vinte e duas horas, dela se lavrando a presente ata que lide e achada conforme vai ser assinada para que conste .....

O Presidente da Assembleia:

----- O 1º Secretário:

----- A 2º Secretária:

  
The block contains three handwritten signatures in blue ink. The first signature is the largest and most prominent, followed by two smaller ones. The signatures are written over the lines for the President and the two Secretaries.